

| 334 | DINÂMICA POPULACIONAL E ECONÔMICA REGIONAL, E O MERCADO DE TRABALHO FLUMINENSE ENTRE 2000 E 2010

Helcio de Medeiros Junior

Resumo

O estado do Rio de Janeiro passou por mudanças a partir dos últimos vinte anos do século passado que promoveram alterações no contexto econômico e populacional fluminense, fruto da reorientação espacial dos investimentos. A reorganização espacial decorrente, levou a que a dinâmica migratória privilegiasse as regiões Norte Fluminense, do Médio Paraíba e cidades de seus entornos, bem como outras litorâneas, como alternativas de moradia e de inserção laboral. Os indicadores da dinâmica populacional, econômica e do mercado de trabalho entre 2000 e 2010, apontaram melhorias decorrentes dos investimentos, principalmente nas cidades-núcleo de Macaé e Porto Real, mas os mercados de trabalho regionais sofreram mudanças de estado que requerem ações por parte dos gestores municipais, para minimizar efeitos danosos que a atratividade econômica proporciona.

Palavras-chave: Dinâmica econômica; Economia regional; Mercado de trabalho; Rio de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

O estado do Rio de Janeiro passou por mudanças ao longo do século XX, considerando-se, principalmente, sua trajetória a partir dos anos 30, e a partir dos últimos vinte anos do século passado, ocorreram importantes alterações no contexto econômico e populacional fluminense, fruto da reorientação espacial dos investimentos, que resultou, por um lado, em nova configuração regional da atividade econômica, e por outro, na ascensão da extração mineral como segmento mais dinâmico da indústria.

A partir de então, e em razão da atratividade promovida por essa configuração regional, frações do território fluminense passaram a apresentar perdas e ganhos populacionais, e a dinâmica migratória passou a privilegiar novas áreas como alternativas de moradia e de inserção laboral, tais como as regiões Norte Fluminense e do Médio Paraíba. Estas se mantiveram ao longo da primeira década do presente século como as mais privilegiadas no interior fluminense na orientação regional dos investimentos, sem que se notasse a emergência de outros polos regionais, apresentando maior atratividade populacional e dinamismo econômico, que resultaram em mudanças de estado e pressões sobre seus mercados de trabalho.

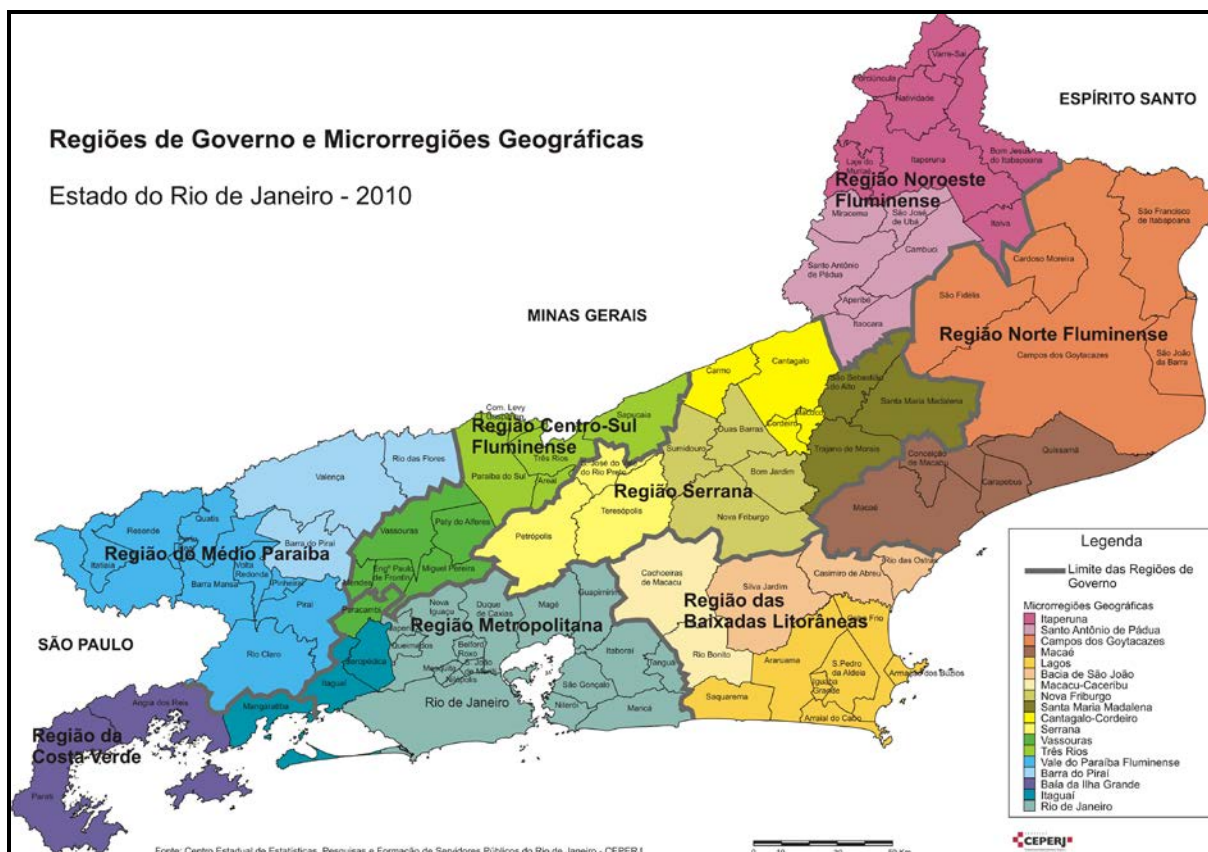
Com o propósito de analisar as mudanças derivadas dos investimentos, o presente texto se estrutura em quatro sessões além desta introdução, tendo a segunda,

considerações sobre a desagregação espacial do território em regiões de governo, uma breve revisão histórica do desenvolvimento regional fluminense, a centralidade do investimento como componente da demanda agregada e a atratividade migratória decorrente; a terceira sessão exporá as dinâmicas demográfica e econômica regionais na primeira década do presente século, descreverá a evolução dos indicadores do mercado de trabalho e do estado dos mercados de trabalho, fazendo considerações sobre a evolução regional à luz dos indicadores utilizados, com ênfase naquelas em que as inversões produtivas vem mudando o território, e; a quarta e última sessão trará elementos à guisa de conclusão.

2 REESTRUTURAÇÃO REGIONAL FLUMINENSE NO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI: INVESTIMENTO E MOBILIDADE POPULACIONAL

O estado do Rio de Janeiro possui 92 (noventa e dois) municípios, agregados em oito regiões de governo segundo a Fundação CEPERJ (Mapa 1). Nesta agregação regional se basearão as análises ao longo do texto, apesar de alterações terem ocorrido ao longo dos anos.

Mapa 1



Fonte: Fundação CEPERJ, 2011

2.1 Evolução econômica regional fluminense: interiorização e permanências

A formação econômica do território fluminense esteve muito ligada à cidade do Rio de Janeiro até o início do século XX, tendo sido ela a principal referência do Império e da República, graças predominantemente à recepção de investimentos públicos e importância política. Até aproximadamente os anos 20, no entanto, foi a atividade manufatureira que garantiu ao estado do Rio de Janeiro a condição de principal economia industrial do país, perdida nos anos seguintes devido à crise cafeeira e aos efeitos nocivos da Primeira Guerra Mundial, que levaram ao aumento dos custos e à perda de competitividade para a indústria paulista (Silva, 2004; Melo e Considera, 1986). À mesma época, São Paulo vivenciava a industrialização brasileira de maneira diferente, a partir da participação de investimentos privados e da entrada de capitais externos, diversificando seu parque produtivo e orientando-o a para setores mais novos e de elevado conteúdo tecnológico. Como resultado, a indústria fluminense passou a uma condição subordinada à paulista (Melo e Considera, 1986), e nos anos seguintes, a crescer a um ritmo menor do que a nacional e à paulista, caracterizando assim, a passagem para uma posição relativa inferior (Silva, 2004).

Nos anos seguintes, entre 1930 e 1980, considerado como da industrialização brasileira, combinaram-se alterações significativas na demografia e economia fluminenses. Em termos populacionais, ocorreram o aumento das taxas de crescimento médio anuais no estado e da participação populacional fluminense no total nacional, com destaque para a elevada migração para a Região Metropolitana, aumentando sua taxa de urbanização. As mudanças migratórias deveram-se, por um lado, à derrocada agrícola sofrida pela atividade cafeeira, e por outro, às alternativas disponíveis no meio urbano metropolitano que, à época, possuía maior diversidade econômica e melhores alternativas de absorção de mão de obra. Já quanto às mudanças econômicas, acentuou-se a perda relativa de participação do PIB fluminense perante o nacional, passando de 21% em 1939 para 13% em 1980, enquanto o peso do PIB paulista elevou-se de 31% para 38%, no mesmo período (Silva, 2004).

Em razão da dependência de investimentos federais, as dificuldades pelas quais a economia nacional passou no período conhecido como a década perdida (anos 1980) levaram a um quadro de semi-estagnação econômica. Agregados ao período anterior, entre 1930-1990 o estado do Rio de Janeiro apresentou "crescimento e modernização com perda de importância relativa" (Silva, 2012, p. 41), já que a economia fluminense seguiu a economia nacional quanto à expansão e modernização produtiva, mas evoluiu a taxas inferiores às de outras unidades federativas, resultando em perda de participação econômica.

A partir dos anos 1990, regionalmente, o que se viu foi a permanência da macrocefalia metropolitana (Natal, 2005; Silva, 2012), tendo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) mantido parte relevante da estrutura industrial e, em grande medida, o terciário fluminense, bem como o fortalecimento de duas regiões que emergiram a partir da estruturação de eixos viários ao sul e a norte: Médio Paraíba e Norte Fluminense.

2.2 Investimentos e seus efeitos no território: mobilidade populacional, oportunidades de negócio e pressões no mercado de trabalho

Pelo que se observa, a reestruturação regional fluminense tem se baseado em grande medida no setor secundário, com destaque para os segmentos metal-mecânico e automobilístico no Médio Paraíba, e extrativo mineral no Norte Fluminense, e no investimento como o motor da ampliação da atividade econômica. A centralidade do investimento para a atividade econômica foi defendida por Keynes (1988), que o considerava fator dinâmico da economia, capaz de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda, haja vista que o responsável pela alteração do volume de emprego é a procura por mão de

obra oriunda das empresas, que contratarão novos trabalhadores e realizarão inversões no sistema econômico na medida em que a eficiência marginal do capital (expectativa de lucros) for positiva. Kalecki (1985), de maneira assemelhada, sustentou que o nível de atividade econômica é estreitamente dependente dos investimentos, uma vez que se eles aumentarem, os níveis de atividade e emprego se elevarão, alimentando maior demanda por bens e serviços, levando a que os lucros dos capitalistas sejam maiores.

Adaptadas à escala regional, as contribuições de Keynes e Kalecki indicam que os sistemas econômicos locais (cidades), receptores dos investimentos, assistirão a transformações estruturais que se estenderão aos territórios que conformam seu entorno imediato. A mudança decorrente, de natureza multidimensional (social, econômica, ambiental, política etc.), dependerá da escala do investimento, em geral um enclave, haja vista que não surge naturalmente e como resposta a um processo endógeno progresso (Piquet, 1993). De qualquer forma, os efeitos mais claros e imediatos se relacionam ao aumento das oportunidades de negócios e à mobilidade populacional, que, em decorrência, elevam as pressões nos mercados de trabalho. Com relação ao primeiro efeito, do aumento das oportunidades de negócios, a partir da necessidade que novas atividades se desenvolvam em apoio ao empreendimento gerado pelo investimento, e da expansão da oferta de serviços no meio urbano, há um processo de diversificação econômica que aumenta a demanda por mão de obra (como explicado por Keynes e Kalecki) e as chances de ingresso no mercado de trabalho (Oliveira, 2006a, 2006b), com provável elevação do nível de salários. Quanto ao efeito associado, há evidências que a migração será mais provável na medida em que os trabalhadores sejam sensíveis aos diferenciais de renda entre o destino e a origem (Borjas, 2012), ressalvados aspectos relativos às suas condições pessoais (gênero, instrução, raça, cor etc.), que determinarão o nível de discriminação que virão sofrer no destino, dada a segmentação do mercado de trabalho existente (Souza, 1978; Lima, 1980).

As pressões de um maior contingente de força de trabalho sobre o mercado de trabalho local são inevitáveis, e o descasamento entre a oferta e a demanda por trabalho se refletirá em taxas de desemprego mais elevadas, na medida em que a dinâmica econômica não gere as vagas adicionais que absorvam os trabalhadores migrantes. Torna-se relevante, então, observar as mudanças pelas quais o mercado de trabalho local passou, sua capacidade de reação e o estado em que se encontra em momentos contínuos de tempo, que servirão de insumo para que governos municipais implementem políticas ativas e/ou passivas de mercado de trabalho (Pochman, 2008; Medeiros Junior, 2009b), se necessário. Em apoio a este

exercício, o acompanhamento sistemático das informações disponíveis (mensais), com os instrumentos adequados, possibilitaria às administrações locais a previsão da evolução da demanda por mão de obra (Medeiros Junior, 2009b, 2010b). Sendo esta uma ferramenta de gestão, seu uso permite ao gestor intervir tempestivamente para minorar os custos sociais derivados do citado descasamento, bem como amenizar dificuldades de subgrupos ocupacionais e etários comumente discriminados pela demanda de trabalho. Assim, observar as mudanças pelas quais passa o mercado de trabalho, acompanhando sua evolução ao longo do tempo, é útil para, por um lado, evidenciar as condições gerais do problema, e por outro, enfrentá-lo de maneira mais eficaz.

3 DINÂMICAS POPULACIONAL E ECONÔMICA REGIONAIS, E O MERCADO DE TRABALHO

A fim de avaliar a dinâmica populacional e econômica das regiões do estado do Rio de Janeiro, bem como de seus mercados de trabalho, neste exercício far-se-á uso das informações para os anos de 2000 e 2010: 1) dos Censos Demográficos com o fim de avaliar como evoluíram a população e o mercado de trabalho regional, com base nas variáveis que caracterizam as condições de atividade¹ e de ocupação² dos residentes; 2) do Valor Adicionado Fiscal³ (VAF) para, como proxy do Produto Interno Bruto municipal⁴, observar a geração de renda local pela diferença entre os fluxos inter-regionais; 3) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com o fim de observar o volume de negócios locais nas atividades comerciais e de serviços abrangidas pelo imposto, sendo esta uma proxy do nível da atividade econômica local, e; 4) do número de vínculos (ou postos de trabalho) existentes em 31/12, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como indicador da oportunidade de inserção laboral dos trabalhadores e da capacidade de resposta do sistema econômico local, via demanda por trabalho.

Para a realização das comparações entre os anos mencionados, alguns cuidados foram tomados para que não se incorresse em deslizes, considerando-se questões: a) de

¹ As pessoas são classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não-economicamente ativas.

² As pessoas são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

³ O Valor Adicionado Fiscal é obtido através da diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços e transporte e de comunicação prestados no seu território, e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil.

⁴ Ainda não havia dados disponíveis para o PIB de 2010 quando da realização deste trabalho.

natureza organizacional das informações, já que houveram modificações ao longo do tempo. Optou-se por alterar a distribuição municipal regional de 2000, adequando-a à existente em 2010, para fins de comparação; b) derivadas do uso de variáveis expressas em valor monetário (VAF e ICMS), que ao serem confrontadas requereriam ajustes inflacionários em 2000, para que fossem comparáveis a 2010 em termos "reais". Optou-se por não fazê-lo, apesar de ser comum em outras análises o uso de informações ajustadas (Braga, 2011), ou transformadas mediante índices tais como o IGP-DI e o IGP-M da FGV, ou o INPC e o IPCA do IBGE. Por não serem índices que expressem cestas municipais de cidades/regiões que passam por alterações significativas, utilizá-los representaria homogeneizar realidades sociais e econômicas diferentes, assemelhando-as à área de maior peso na composição de cada um dos índices. Na medida em que não há índices de preços locais/regionais, nem variações de volume das variáveis expressas em valor, preferiu-se confrontar as participações em corte transversal, bem como proceder a análises conjuntas com as evoluções das variáveis reais: população e vínculos.

3.1 Dinâmica populacional e econômica: evidências do efeito dos investimentos

A influência exercida pelos investimentos que tem sido feitos no território fluminense desde o século passado, a nosso juízo, contribuíram para a evolução regional recente, seja em termos populacionais ou econômicos, haja vista o dinamismo da atividade econômica que gerou o deslocamento e a chegada de novos residentes em cidades com expectativa de maiores oportunidades laborais. Segundo o que já se observou anteriormente, as regiões de fora do núcleo metropolitano que vem se beneficiando de inversões e passaram a apresentar dinâmicas diferenciadas em relação à sua condição histórica foram a do Médio Paraíba e a Norte Fluminense. A demarcação temporal do início da atividade que mais se destaca em ambas são: meados da década de 1990 de início da instalação das montadoras de automóveis, e meados da década de 1980 quanto à expansão da atividade petrolífera (Silva, 2012).

Considerando-se que a expectativa de mudanças e a efetivação do empreendimento num determinado local mobilizem os residentes que desejem migrar, espera-se que o comportamento das áreas que tem recebido os investimentos apresentem dinâmicas populacionais superiores às daquelas que não tem sido alcançadas por inversões. Para que se pudesse observar este comportamento, expandiu-se o uso dos dados censitários para os últimos trinta anos (Tabela 1), e os resultados indicam que, entre as regiões de

governo apenas a Norte Fluminense, a das Baixadas Litorâneas e a da Costa Verde apresentaram taxas superiores à média geral nos três períodos (1980/90, 1990/00 e 2000/10), enquanto a do Médio Paraíba, apesar de ter crescido acima da média nos dois primeiros, o fez a taxas próximas à média.

Sendo as regiões das Baixadas Litorâneas e da Costa Verde atrativas para veraneio e segunda residência, sua dinâmica populacional se deveu a suas características ímpares, e o crescimento as cidades que as compõem no último período (2000/10) é esclarecedor. Nas Baixadas Litorâneas, que não tem sido alcançada por investimentos industriais e caracteriza-se por atividades de turismo e lazer (Medeiros Junior, 2012), maior número de cidades tiveram elevada taxa média de crescimento anual: Rio das Ostras (11,2%) e Casimiro de Abreu (4,8%), vizinhas a Macaé (região Norte Fluminense); Iguaba Grande (4,2%), São Pedro da Aldeia (3,4%), Araruama (3,1%) e Saquarema (3,5%), contíguas e cortadas pela BR-101, importante eixo viário, e; Armação dos Búzios (4,2%), cidade turística famosa por seus atrativos naturais. Já a região da Costa Verde, cujo investimento decidido é o da ampliação da usina nuclear, tem na construção naval em Angra dos Reis (3,6%) e no terminal de minérios em Mangaratiba (3,9%) alternativas econômicas ao turismo que oferecem, e que é a principal atividade em Paraty (2,4%).

Tabela 1
Taxa média de crescimento anual da população residente, segundo
as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro - 1980-2010

Estado e Regiões de Governo	Taxa média anual de crescimento (%)		
	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Estado do Rio de Janeiro	1,2	1,3	1,1
Região Metropolitana	1,0	1,2	0,9
Região Noroeste Fluminense	1,1	1,0	0,6
Região Norte Fluminense	1,6	1,5	2,0
Região Serrana	1,6	1,0	0,7
Região das Baixadas Litorâneas	2,4	4,1	3,8
Região do Médio Paraíba	1,3	1,4	0,9
Região Centro-Sul Fluminense	1,1	1,2	0,7
Região da Costa Verde	3,0	3,5	3,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Já nas regiões industriais, no Norte Fluminense as cidades com maior crescimento ao ano (a.a.) foram Macaé (4,6%), referência regional na atividade petrolífera,

Carapebus (4,4%) e Quissamã (4,0%), contíguas a nordeste e litorâneas, e no Médio Paraíba somente Porto Real (3,2%), que receberá novas montadoras, teve crescimento substancialmente diferente.

No que diz respeito à dinâmica econômica, a partir da evolução da participação regional na geração do VAF e na arrecadação do ICMS (Tabela 2), observa-se que o ganho em participação do interior fluminense deveu-se à perda da capital (Silva, 2012), já que a região Metropolitana perdeu cinco pontos percentuais (p.p.) no VAF, e seis p.p. no ICMS. Quando se compara a dinâmica das regiões para ambos os indicadores entre os anos de 2000 e 2010, vê-se comportamentos que, acrescidos à evolução populacional, trazem melhor entendimento.

Houve mudança na hierarquia das regiões fluminenses, tendo a do Médio Paraíba perdido a segunda posição para a Norte Fluminense, sendo que no caso do ICMS de maneira particular. No primeiro ano do período, a arrecadação de ICMS no Médio Paraíba era a segunda maior, cinco vezes superior à do Norte Fluminense, e em 2010 tornou-se a terceira, com 0,7 p.p. a menos. Ao desagregar as informações para as cidades que compõem o Norte Fluminense, vê-se que seu crescimento deveu-se exclusivamente a Macaé, que além de ter apresentado aumento de 1,0 p.p. na participação do VAF (de 5,0% para 6,0%), cresceu 4,7 p.p. na participação do ICMS (de 0,8% para 5,5%), indicativo de que o crescimento populacional elevado contribuiu para a expansão da atividade econômica local.

Tabela 2

Participação do valor adicionado fiscal e do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro - 2000/2010

Estado e Regiões de Governo	Valor adicionado fiscal (VAF)		Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	
	2000	2010	2000	2010
Estado do Rio de Janeiro	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Metropolitana	64,8	59,7	90,8	84,5
Região Noroeste Fluminense	0,5	0,5	0,2	0,2
Região Norte Fluminense	8,3	13,6	1,1	6,2
Região Serrana	4,4	3,3	2,1	1,7
Região das Baixadas Litorâneas	7,4	5,2	0,4	1,1
Região do Médio Paraíba	9,7	11,1	5,0	5,5
Região Centro-Sul Fluminense	0,5	1,0	0,2	0,5
Região da Costa Verde	4,3	5,6	0,2	0,2

Fonte: Fundação CEPERJ.

De maneira geral, nas regiões em que houve evolução da participação na geração do VAF também ocorreu elevação na participação do ICMS (Norte Fluminense, Médio Paraíba e Centro-Sul Fluminense), exceto na Costa Verde, que aumentou a geração do VAF graças à atividade industrial existente em Mangaratiba, mas manteve a participação na arrecadação do ICMS, e nas Baixadas Litorâneas, que reduziu a capacidade de gerar valor mas elevou a participação no ICMS, devido ao crescimento da atividade econômica em Rio das Ostras, o maior crescimento populacional entre os municípios do estado. Portanto, excetuando-se a região Centro-Sul Fluminense, cujas participações são menos expressivas, as duas regiões industriais apresentaram aumento tanto da capacidade de geração de valor, como da atividade econômica local.

3.2 Mercado de trabalho regional: evolução intertemporal e mudança de estado

A partir das informações da RAIS/MTE e dos Censos Demográficos, foi possível avaliar a evolução da demanda por mão de obra, a redistribuição dos postos de trabalho (vínculos) entre as regiões, e a resposta dos mercados de trabalho regionais às pressões oriundas do crescimento da força de trabalho local, devidas à evolução populacional e aos deslocamentos intermunicipais. Em acréscimo a estas questões, se observou a condição à qual o mercado de trabalho local está exposto, em vista da evolução do estado em que se encontra.

O número de postos de trabalho no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010 cresceu 50,0%, com a geração de 1,4 milhão de novas vagas (Tabela 3). Dentre as regiões de governo, a Metropolitana foi a responsável pelo maior acréscimo do contingente, 957 mil (43,6%), seguida das regiões Norte Fluminense (128 mil, e 123,8%) e das Baixadas Litorâneas (87 mil, e idênticos 123,8%). Destaque deve ser feito à região da Costa Verde, que apesar de adicionar menos postos de trabalho que outras (33 mil), apresentou o maior crescimento (134,6%), com as cidades que a compõem mais que dobrando o número de postos.

Tabela 3
Número e participação de vínculos formais em 31/12, e nível de ocupação nas Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro - 2000/2010

Estado e Regiões de Governo	Número de vínculos formais (nº)		Participação do número de vínculos formais (%)		Nível de ocupação (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Estado do Rio de Janeiro	2 724 012	4 086 424	100,0	100,0	46,4	51,4
Região Metropolitana	2 194 624	3 151 210	80,6	77,1	45,9	51,2
Região Noroeste Fluminense	30 760	50 820	1,1	1,2	49,7	51,5
Região Norte Fluminense	103 228	231 073	3,8	5,7	46,2	50,2
Região Serrana	126 395	180 780	4,6	4,4	51,9	55,9
Região das Baixadas Litorâneas	69 917	156 466	2,6	3,8	47,9	51,7
Região do Médio Paraíba	135 872	196 160	5,0	4,8	45,6	51,3
Região Centro-Sul Fluminense	38 972	63 027	1,4	1,5	46,7	50,2
Região da Costa Verde	24 244	56 888	0,9	1,4	46,5	53,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego; IBGE, Censos Demográficos.

Os resultados regionais expressivos, por outro lado, encobrem dinâmicas particulares de cidades que tem sido destacadas ao longo deste texto, bem como outras que merecem menção, estejam ou não nas regiões em destaque. Uma delas é Japeri (região Metropolitana), que ocupa algumas das piores colocações em indicadores sociais no nível nacional, e que alcançou número de postos de trabalho 3,4 vezes maior ao de 2000; no Norte Fluminense, Macaé (3,0 vezes) e São João da Barra (2,8); nas Baixadas Litorâneas, Rio das Ostras (5,2), Saquarema (3,8), Casimiro de Abreu (2,5) e Armação dos Búzios (2,4); na do Médio Paraíba, Porto Real (5,6), Rio das Flores (4,0), Pinheiral (2,3) e Quatis (2,0); na do Centro-Sul Fluminense, Comendador Levy Gasparian (2,5) e Areal (2,4), e; na Costa Verde, Angra dos Reis (2,4), Mangaratiba (2,3) e Paraty (2,0). Estes resultados indicam que o maior

dinamismo da atividade econômica também resulta de outras influências, e podem indicar processos que mereçam olhar mais detido, mas que vão além dos objetivos deste trabalho.

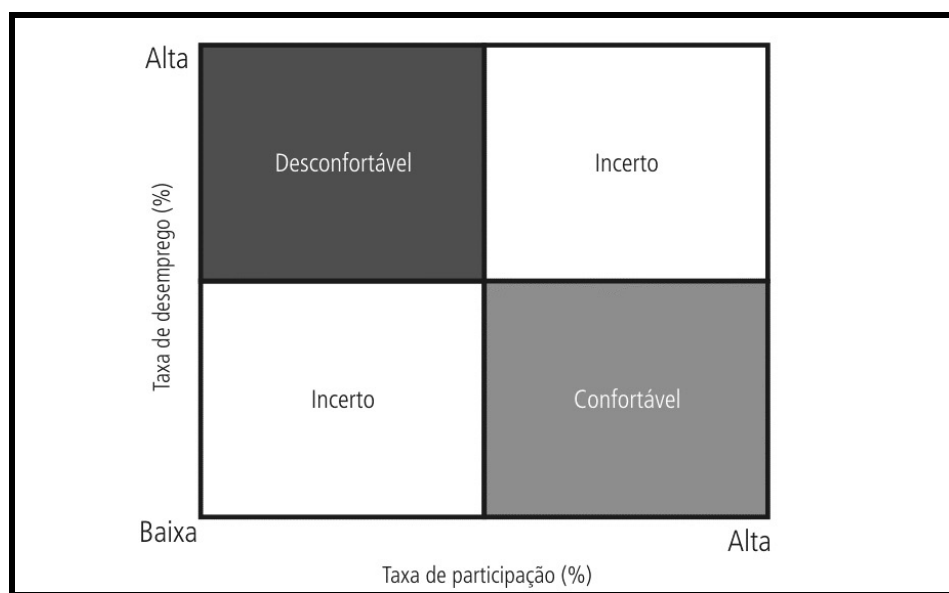
Considerando-se, no entanto, as duas regiões do interior fluminense que mais investimentos industriais tem recebido ao longo das três últimas décadas, apenas a Norte Fluminense apresentou aumento na participação de postos de trabalho (1,9 p.p.), enquanto a do Médio Paraíba teve leve declínio (0,2 p.p.). As principais cidades receptoras dos investimentos em ambas, no entanto, apresentaram melhorias em todos os indicadores utilizados (população, VAF, ICMS e emprego) no confronto entre 2000 e 2010. Em Macaé, 4,5% mais residentes a.a., 1,0 p.p. de participação a mais na geração do VAF, 4,8 p.p. a mais na participação da arrecadação do ICMS, e 3,0 vezes mais empregos; e em Porto Real, 3,2% mais residentes a.a., 2,3 p.p. de participação a mais na geração do VAF, 0,5 p.p. a mais na participação da arrecadação do ICMS, e 5,6 vezes mais empregos. Este mesmo destaque poderia ser feito para as principais cidades das regiões que, aparentemente, tiveram na atratividade residencial a principais influência dos bons resultados isolados, mas nenhuma alcançou o mesmo comportamento em todos os indicadores como as cidades das regiões que receberam investimentos industriais.

A capacidade de absorção de mão de obra pelos mercados de trabalho regionais não deve ser avaliada, apenas, pela variação do número de postos de trabalho. Importa considerar também, variações da oferta de mão de obra, haja vista que algumas regiões, e cidades em particular, apresentaram elevado crescimento populacional. A fim de atender ambas as dimensões far-se-á uso do nível de ocupação, indicador obtido a partir das informações censitárias e que conjuga demanda por mão de obra (pessoas ocupadas-PO) e oferta de mão de obra (pessoas em idade ativa-PIA), resultando da razão entre ambas (PO/PIA). Esta razão demonstra a capacidade da atividade econômica em absorver os residentes em condição de produzir, considerando os naturais acrescidos dos migrantes líquidos no denominador. Seu uso, além disso, permite desconsiderar as flutuações recorrentes da força de trabalho (pessoas economicamente ativas-PEA), que mudam da condição de desocupados à de inativos com frequência, de acordo com interesses específicos de alguns estratos populacionais (jovens, menos escolarizados etc.).

Segundo este indicador, houve melhoria em todas as regiões de governo, com destaque para a da Costa Verde (7,0 p.p. a mais), a do Médio Paraíba (5,7 p.p.) e a Metropolitana (5,3 p.p.), todas acima da média do estado (5,0 p.p.). Ainda quanto às cidades que se destacam em razão dos investimentos industriais, Macaé é o caso mais emblemático,

pois além de ter apresentado resultado expressivo (7,2 p.p. a mais), seus vizinhos (ver Mapa 1) exibiram resultados ainda melhores: Conceição de Macabu (7,2 p.p.), Carapebus (8,5 p.p.) e Quissamã (7,4 p.p.), a nordeste, e Rio das Ostras (7,5 p.p.), a sudoeste, demonstrando que os benefícios da atividade petrolífera reconfiguram o entorno imediato. E como caso isolado, Porto Real foi a cidade com o melhor acréscimo: 9,8 p.p. acima do de 2000. O desempenho destas cidades indica que os mercados de trabalho reagiram positivamente, oferecendo novas oportunidades de inserção aos residentes e gerando renda e consumo nas áreas que tem sido agraciadas com os investimentos industriais.

Figura 1
Estados do mercado de trabalho



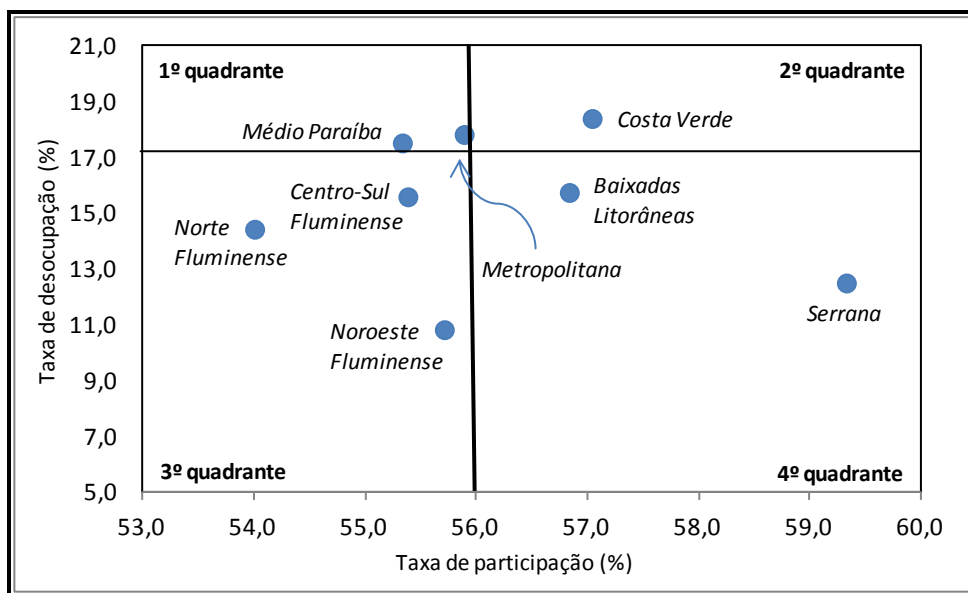
Por fim, resta saber se, mesmo com os efeitos auspiciosos da dinâmica econômica, o estado dos mercados de trabalho regionais são confortáveis. Para tanto, as observações seguintes se basearão na metodologia proposta por Ramos (2007), e em algumas das considerações registradas em Medeiros Junior (2012a, 2012b)⁵. De maneira resumida, a partir da taxa de desemprego (ou desocupação) e da taxa de participação, obtém-se o estado em que se encontra o mercado de trabalho (Figura 1) de acordo com a posição que cada área ocupa nos quadrantes e, ao acompanhar sua trajetória, revela-se a passagem à condição

⁵ Esforço semelhante com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE foi feito para a cidade do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana do Rio (Medeiros Junior, 2009c).

atual, a partir da qual os gestores públicos poderão implementar políticas públicas para minorar efeitos indesejados.

O resultado para cada uma das regiões está exposto nas Figuras 2 e 3, e o que se pode observar é que os investimentos realizados levaram a que a região do Médio Paraíba se aproximasse do ponto neutro entre os quadrantes, ou seja, apresentasse condição assemelhada à da região Metropolitana (que influencia a média geral), mesmo tendo escala muito menor que a dela. Por essa razão, o mercado de trabalho do Médio Paraíba já deve apresentar condições semelhantes à vivida na área mais industrializada do estado, com recursos locais inferiores.

Figura 2
Estado do mercado de trabalho em 2000



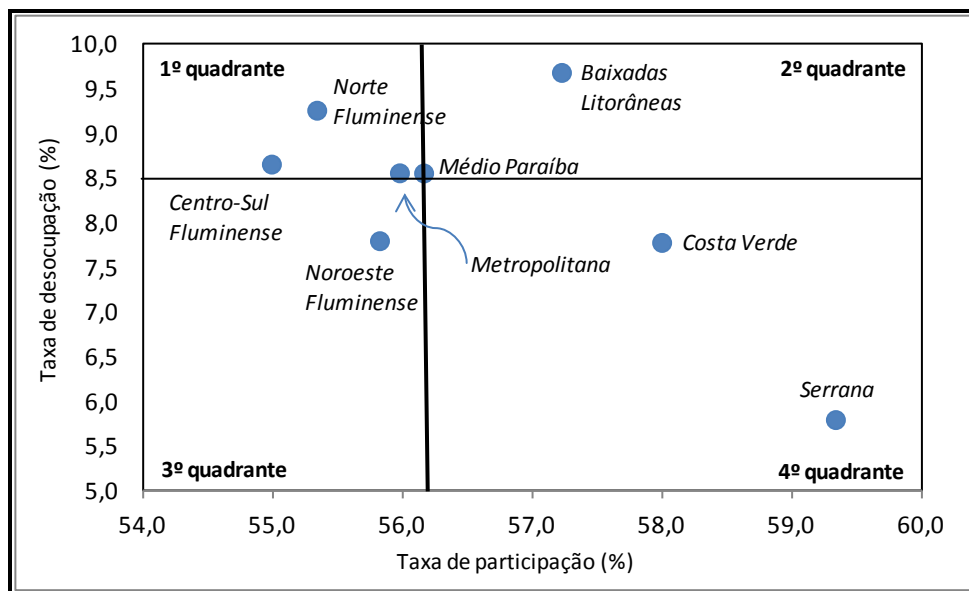
Fonte: Medeiros Junior, 2012.

Já a região Norte Fluminense saiu de uma condição de incerteza (3º quadrante), com baixas pressões de oferta e demanda, para o desconforto de elevada demanda por mão de obra e baixa oferta de profissionais (1º quadrante). Observe-se que, apesar da taxa de desemprego ter diminuído entre os anos considerados, encontra-se elevada para a oferta de mão de obra existente, indicando que há um problema regional de demanda por trabalho, sugerindo certa dificuldade por parte das empresas em absorver trabalhadores. Este desequilíbrio, por exemplo, pode decorrer de inadequada qualificação do trabalhador para o vínculo disponível. Ocorre que, em razão do dinamismo econômico observado na região, a

migração tende a se manter, pressionando o poder público local a adotar políticas que minimizem as dificuldades presentes e futuras.

Quanto à trajetória do estado do mercado de trabalho nas demais regiões, a Centro-Sul Fluminense apresentou a mesma que a Norte Fluminense, sem no entanto o mesmo dinamismo econômico desta; a Noroeste Fluminense manteve o mesmo estado (incerteza) nos dois períodos considerados, o que pode configurar um quadro de semi-estagnação (baixo crescimento populacional, manutenção da participação na geração de valor e da arrecadação de impostos), mas com aumento do emprego e do nível de ocupação; Costa Verde e Baixadas Litorâneas mudaram de posição, tendo a primeira demonstrado situação confortável e a segunda elevadas demanda e oferta de trabalho, indicando que o crescimento populacional elevou a oferta de trabalho e a demanda por trabalho não tem sido suficiente para absorve-la. Por fim, cabe observar que a condição da região Serrana, que passou por deslizamentos de terra devido a fortes chuvas no início de 2011, pode ser falsa, já que as bases de dados utilizadas neste trabalho não captaram os efeitos dos desastres naturais.

Figura 3
Estado do mercado de trabalho em 2010



Fonte: Medeiros Junior, 2012.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Keynes e Kalecki, investimentos dinamizam a atividade econômica, gerando ganhos de renda e emprego, que, como resultado, levam à melhoria dos lucros dos

capitalistas. Regionalmente, e segundo a lógica do capital, a realização de investimentos se dá, entre outros motivos, em lugares atrativos devido a suas características naturais e/ou plataformas de exportação, impactando a estrutura econômica destes lugares e entorno, promovendo reorganizações internas nos mercados de trabalho locais, devidos à mobilidade populacional geral, e da força de trabalho em particular.

O estado do Rio de Janeiro tem recebido volume de investimentos em áreas já consolidadas, tais como a Região Metropolitana em razão da conquista de eventos internacionais, e outras que já despontavam como promissoras, como a Região Norte Fluminense (devido às possibilidades de extração de petróleo na Bacia de Campos e do pré-sal) e a do Médio Paraíba (com a consolidação do polo automobilístico).

De acordo com as leituras empreendidas ao longo deste trabalho, as regiões receptoras dos investimentos industriais foram as que apresentaram melhores resultados em termos das dinâmicas econômica, populacional e do emprego, confirmando as indicações teóricas keynesianas e kaleckianas, cabendo a algumas das demais, melhorias em uma ou outra das dimensões consideradas.

Independentemente dos resultados alcançados nas regiões mais ou menos dinâmicas, de maneira geral positivos, observou-se qualitativamente a diversidade encontrada nos estados dos mercados de trabalho nos dois pontos do tempo, bem como sua trajetória. Este exercício permitiu concluir, em acréscimo ao comportamento dos indicadores utilizados, que é possível perceber as condições dos mercados de trabalho regionais a partir das pressões de oferta e demanda por trabalho. A julgar pelas condições encontradas, ações corretivas são necessárias para que, na segunda década em curso não haja efeitos indesejáveis. Portanto, acrescida de outros instrumentos, esta é uma ferramenta útil para o gestor regional/municipal planejar políticas públicas ativas e/ou passivas para o enfrentamento das mudanças provocadas pelo capital no território, bem como antecipar os efeitos que deslocamentos espaciais da força de trabalho possam proporcionar.

BIBLIOGRAFIA

BORJAS, G.J. 2012. *Economia do trabalho*. 5. ed. Porto Alegre, AMGH.

BRAGA, R. 2011. Dinâmica econômica e dinâmica demográfica: uma avaliação da Região Metropolitana de Campinas-SP-Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, número especial, EGAL, Costa Rica. Disponível em:

www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2195. [Consultado em: 17 set. 2012].

FUNDAÇÃO CEPERJ. 2011. *Anuário estatístico do Rio de Janeiro 2010*. Rio de Janeiro, 1 CD-ROM.

_____. [2012]. *Estado do Rio de Janeiro: um breve balanço da década*. Rio de Janeiro, 26 p. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/>. [Consultado em: 10 jul. 2012].

HOFFMAN, M.B.P.; CUTRIM, M.A.B. 2006. A classificação da condição de atividade na PED. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 4, p. 18-35, out./dez. 2006, São Paulo, Fundação Seade. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>

KALECKI, M. 1985. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo, Nova Cultural.

KEYNES, J.M. 1988. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Nova Cultural.

LIMA, R. 1980. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 10, n. 1, abr. 1980, Rio de Janeiro, IPEA.

MEDEIROS JUNIOR, H.. 2004. Mercado de trabalho sinaliza recuperação em 2003. In: NATAL, J. L. A. (Org.) *Conjuntura fluminense recente (1998-2004): memórias selecionadas*, 1 ed. , v. 1, p. 250-253, Rio de Janeiro, Papel Virtual.

_____. 2004. Onde ocorre a recuperação do mercado de trabalho: na capital ou no interior? In: NATAL, J. L. A. (Org.) *Conjuntura fluminense recente (1998-2004): memórias selecionadas*, 1 ed. , v. 1, p. 250-253, Rio de Janeiro, Papel Virtual.

_____. 2005. A capital voltará a ditar o ritmo do emprego em 2005? *Revista de Economia Fluminense*, n. 3, p. 32-35, maio 2005, Rio de Janeiro.

_____. 2009. O papel das cidades e a realidade municipal fluminense: métricas e indicadores para planejamento. In: XV SEMANA IPPUR: Espaço e vida pública, território, imaginário, poder, 2009, Rio de Janeiro. *SEMANA IPPUR*, 15. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR. 1 CD-ROM.

_____. 2009. Previsão do nível de emprego e política pública na cidade do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, v. 23, n. 2, p. 100-108, jul./dez. 2009, São Paulo, Fundação Seade. Disponível em: www.seade.gov.br; www.scielo.br

_____. 2009. Os mercados de trabalho carioca e metropolitano fluminenses estão em situação de incerteza. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*. 1 ed., v. 1, p. 231-236, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2009. O cenário econômico não beneficia os mercados de trabalho carioca e metropolitano fluminense. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*, 1 ed., v. 1, p. 240-245, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2009. A produtividade fabril fluminense cresce sem benefícios à ocupação industrial. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*. 1 ed., v. 1, p. 222-225, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2009. A política monetária compromete o equilíbrio instável do mercado de trabalho fluminense. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*. 1 ed., v. 1, p. 207-213, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2009. A rotatividade do posto de trabalho e o diferencial de salários inibem a melhoria dos rendimentos. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*. 1 ed., v. 1, p. 195-201, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2009. A capital voltará a ditar o ritmo do emprego em 2005?. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*. 1 ed., v. 1, p. 188-194, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2009. O crédito e a renda sustentarão o emprego fluminense?. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*. 1 ed., v. 1, p. 181-187, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2009. Até quando vão as boas notícias do mercado de trabalho fluminense em 2004?. In: NATAL, Jorge L. A.. (Org.). *Conjuntura fluminense recente 2: memórias selecionadas 2004-2008*. 1 ed., v. 1, p. 167-180, Rio de Janeiro, J. Natal.

_____. 2010. Previsão e planejamento: antecipando a tendência do emprego formal na cidade do Rio de Janeiro. *Coleção Estudos Cariocas*, v. 10, n. 20100401, p. 1-31, Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

_____. 2010. Previsão do nível de emprego e política pública na cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. *Anais...* Caxambu, ABEP. 1 CD-ROM.

_____. 2012. Mudanças de estado do mercado de trabalho fluminense: diferenças regionais entre 2000 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. *Anais...* Águas de Lindóia, ABEP. 1 CD-ROM.

_____. 2012. Dinâmica econômica e o estado do mercado de trabalho fluminense entre 2000 e 2010. In: SEMINÁRIO DINÂMICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., 2012, Uberaba. *Anais...* Uberaba, NIEPHES/Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

MEDEIROS JUNIOR, H.; GRAND JUNIOR, J. 2010. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro: uma análise exploratória. In: SEMANA IPPUR: um território em disputa, 16., 2010, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos/helcio_joao.pdf

_____. 2011. Geografia econômica regional fluminense nos anos 00: aumento de riqueza, expectativa de pobreza. In: ENCONTRO DA ANPUR: quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, ANPUR. 1 CD-ROM

_____. 2011. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro: uma análise espacial. In: ENCONTRO DA ANPUR: quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, ANPUR. 1 CD-ROM

_____. 2011. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro em 2008: uma análise espacial. *Coleção Estudos Cariocas*, v. 11, n. 20110101, p. 1-26, Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

MEDEIROS JUNIOR, H.; MEDINA, M.H.; GRAND JUNIOR, J. 2009. Nível de emprego carioca apresenta sinais de recuperação em abril de 2009. *Notas conjunturais IPP*, n. 1, maio 2009, Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

MELO, H.P.; CONSIDERA, C.M. 1986. Industrialização fluminense - 1930-1980. *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 3, UFF, Niterói.

NATAL, Jorge L.A. 2005. *O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social*. Rio de Janeiro, Publicati.

OLIVEIRA, A. 2006. *Território e mercado de trabalho: discursos & teorias*, São Paulo, Editora UNESP.

_____. 2006. Conhecendo o interior paulista: o papel do espaço na dinâmica do mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 4, p. 127-142, out./dez. 2006, São Paulo, Fundação Seade. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>

OLIVEIRA, F.J.G. 2008. *Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond.

PIQUET, R.P.S. 1993. *Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil: o poder do Estado e dos grandes investimentos*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.

POCHMANN, M. 2008. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: SILVA, M.O.S.; IAZBECK, M.C. (Org.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo, Cortez; São Luís, Fapema.

RAMOS, Lauro. 2007. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. *Texto para discussão*, n. 1255, Rio de Janeiro, Ipea.

SILVA, R.D. 2004. *Rio de Janeiro, crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional (1930-2000)*. Dissertação (mestrado), Campinas, UNICAMP.

_____. 2012. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro (1990-2008)*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

SOUZA, M.C.C. 1978. Mercado de trabalho: abordagens duais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 18, n. 1, jan./mar. 1978, Rio de Janeiro, FGV.